



PROCESSO : 0012966-38.2022.6.05.8000
COORDENADORIA DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS E INFRAESTRUTURA
INTERESSADO : SEÇÃO DE BANCO DE DADOS
SEÇÃO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS
MARCUS VINICIUS LIMA E MACHADO
ASSUNTO : Recurso. Pregão nº 5/2023.

PARECER nº 236 / 2023 - PRE/DG/ASJURI

1. Chegam os autos a essa Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos (ASJURI), para manifestação acerca do Recurso apresentado pela empresa SUPERINTEROP SUPORTE EM INFORMÁTICA LTDA. (doc. nº 2362980, fls 3/5), contra a decisão do Pregoeiro que classificou e habilitou a empresa GETI COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. no Pregão nº 05/2023, cujo objeto compreende a *contratação de empresa especializada na prestação de serviço de desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação com práticas ágeis, por meio da alocação de postos de serviço na modalidade de trabalho remoto, podendo envolver o emprego de recursos de inteligência artificial, de automação robótica de processos e de tratamento de dados para uso em soluções de "Business Intelligence"* (doc. nº 2325241).

1.1. Sustentou a Recorrente, em síntese, que a proposta ofertada pela primeira colocada *"apresenta indícios de inexecutabilidade"*, vez que na planilha de preços foi aplicada *"alíquota inferior aos encargos sociais de ISS"*, e ainda, que a GETI teria deixado de apresentar *"os cálculos para subsidiar os insumos, conforme dispõe o item 4.1.1.1 (FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO) do edital."*

1.1.1. Nesse contexto, afirmou que *"a alíquota de ISS a ser observada é a estabelecida pelo Município em que a obra é executada"*, sendo que *"a alíquota de ISSQN da Prefeitura de Salvador é de 5% sobre a prestação de serviços ..."*. Quanto aos insumos, alegou que a *"recorrida não provisionou os custos com insumos, tais como: computadores, móveis de escritório, link de Internet...o que denota possível descaso com as obrigações estruturais do contrato"*, não atendendo, assim, às condições 4.1.1.1 e 10.2 do edital.

2. Em sede de contrarrazões, a empresa GETI COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. discorreu acerca das alegações que versaram sobre a alíquota do ISS (doc. nº 2362980, fls. 6/7), ocasião em que afirmou:

"As razões recursais não merecem prosperar, pois, em compasso com a legislação e jurisprudência pátria, em razão da prestação de serviços ocorrer de forma Remota, a alíquota de ISS é aquela devida no local da prestação de serviços, no caso a sede da Recorrida, Município de São Cristóvão/SE, local com alíquota de 2% referente ao tributo, conforme Lei Complementar Municipal nº 10/2009 com redação dada pela Lei Complementar nº 58/2020"

3. Por sua vez, o Pregoeiro acolheu parcialmente o Recurso, conforme se vê no doc. nº 2363042, quando aduziu:

"No que tange a ponderação do recorrente, acerca da alíquota de 5% cabe salientar que a licitante está correta, devido à planilha de custos da Administração prevê a alíquota de 5% para o ISSQN. Isto porque, trata-se de contratação de serviço mediante cessão de mão de obra, segundo disposto na condição 10.19 do edital. Sendo assim o imposto em comento será devido ao município do tomador do serviço (Salvador) - consoante o estabelecido no Art. 3º Inc. XX da Lei Complementar 116/2003, item 17.05 da lista anexa.

Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: (gn)

(...)

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

(...)

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço."

3.1. No tocante ao detalhamento de custos com insumos, o Pregoeiro refutou tais argumentos, apontando:

"No tocante a inexecutabilidade dos valores apresentados na planilha de custos e formação de preços, além do disposto no Acórdão 637/2017 TCU² as condições 10.12, 10.13 e 11.10 do edital preveem que:

"A inexecutabilidade de valores referentes a itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação de proposta com fundamento no §3º c/c inciso II, art. 48 da Lei 8.666/1993, pois o juízo sobre a inexecutabilidade, em regra, tem como parâmetro o valor global da proposta ²."

10.12. Não implicarão a desclassificação da proposta, desde que o preço global para a prestação da totalidade dos serviços continue exequível, as seguintes situações:

a) omissão eventual de percentuais ou valores na composição dos custos e formação do preço;

b) discrepância entre percentuais ou valores da(s) planilha(s) de custos e formação do preço e aqueles decorrentes da legislação vigente ou convenções coletivas;

(...)

10.13. O inadequado preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação do preço não exime a **licitante** do cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos.

(...)

11.10. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta."

4. Assim feito, retomou-se o certame para oportunizar à empresa ofertante do melhor preço *"a correção da alíquota do ISS na planilha de custos e formação de preços"*, tendo logrado êxito a medida, nos termos da Ata Complementar encartada no doc. nº 2367102.

5. Relatadas as ocorrências do certame (doc. nº 2369644), os autos foram enviados à Diretoria Geral, para verificação da conformidade, adjudicação e homologação do Pregão nº 05/2023.

É o Relatório.

6. *Prima facie*, cumpre destacar o que dizem as condições 13.7 e 13.8 do ato convocatório:

13.7. O Pregoeiro receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.

13.8. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

6.1. A par disso, acertadamente o Recurso foi submetido ao crivo da Diretoria Geral, vez que o acolhimento do Pregoeiro, com consequente reconsideração de sua anterior decisão, ocorreu de forma parcial. Acaso fossem acolhidas todas as razões da SUPERINTEROP, a peça recursal não mereceria segunda apreciação, com esteio na condição acima transcrita (13.8).

7. Nada obstante, rememoramos que a questão da alíquota do ISS a ser utilizada na elaboração das planilhas de preços foi matéria enfrentada por esta unidade de assessoramento (Parecer nº 93/2023 - doc. nº 2281358), em sede de pedido de esclarecimentos, momento em que concluímos:

2. A empresa solicita confirmação do entendimento de acordo com o qual *"tratando-se de um serviço executado 100% remotamente, o ISS considerado deverá ser o do local da matriz da prestadora de serviço e não o local da Matriz do Contratante."*

2.1. *A priori*, parece-nos adequada tal linha de inteligência, vez que a regra geral é que o ISS é devido ao município em que o estabelecimento prestador do serviço está localizado, consoante *caput* do art. 3º, da Lei Complementar nº 116/2003. Ademais, não identificamos na norma critério específico para conciliar o regramento do art. 3º, XX, e a realidade da prestação do serviço de forma remota pelos empregados contratados pelo prestador de serviço. **Todavia, ad cautelam, tal impressão deverá ser confirmada pela Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, à vista da especialidade da matéria.**

7.1. Sendo assim, a unidade competente afirmou (doc. nº 2282524):

Tendo em vista que, conforme item 10.19 do Pregão Eletrônico nº 05/2023, documento nº 2266059, SEI 0012966-38.2022.6.05.8000, trata-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, a tributação se dará na forma do item 17.05 da Lei Complementar nº 116/03, ou seja, o tributo será devido no Município do estabelecimento do tomador da mão de obra, Salvador-BA, nos termos do inciso XX, art. 3º, da mencionada lei.

7.1.2. Sedimentado o entendimento da área competente, deu-se a informação ao licitante que suscitou a dúvida (doc. nº 2282518). Na mesma linha, foi acolhida a razão que versou sobre tal matéria e o Pregoeiro retornou à fase de julgamento das propostas, ocasião em que, a fim de não perder o preço mais vantajoso, concedeu à empresa GETI a chance de promover o necessário ajuste na planilha de preços, tal qual se indica nas condições 10.16 e 10.17 do edital¹.

8. Voltando os olhos às razões rejeitadas pelo Pregoeiro, e que, de fato, motivam a apreciação da autoridade competente, nos alinhamos ao posicionamento contido no doc. nº 2363042, para confirmar que a aparente inexistência de valores constantes nas planilhas elaboradas pelos licitantes não levam à desclassificação da proposta, desde que o valor global se revele exequível.

8.1. Não houve, portanto, no julgamento da proposta da Recorrida, qualquer inobservância à condição 10.2 do edital, que reza: *A planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação.* Em verdade, trata-se de disposição com a precípua finalidade de alertar os licitantes para a necessária fidedignidade dos custos apresentados, a fim de evitar a oferta de proposta inadequada.

8.2. De modo semelhante, o tópico 4.1.1.1 do Termo de Referência, quando estabelece: *É responsabilidade da Contratada prover, em acordo com seus empregados, a infraestrutura remota necessária ao acesso seguro ao ambiente computacional do Contratante para a prestação dos serviços.* Chama-se a atenção das concorrentes para a obrigação exclusiva do particular em prover todos os meios necessários para a segurança do trabalho remoto dos empregados que estarão alocados na futura avença.

9. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento do Recurso impetrado pela empresa SUPERINTEROP SUPORTE EM INFORMÁTICA LTDA. (doc. nº 2362980, fls 3/5), no que tange à alegação versando sobre ausência de detalhamento dos custos com insumos, devendo ser mantida a decisão do Pregoeiro, que, rejeitando tal argumento, manteve a classificação e habilitação da empresa GETI COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.

1. "10.16. Examinada(s) a(s) planilha(s), o Pregoeiro informará a licitante acerca dos eventuais equívocos encontrados nas diversas rubricas analisadas e que deverão ser corrigidos.

"10.17. O Pregoeiro concederá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para reenvio do anexo contendo a(s) planilha(s) de custos e formação de preços corrigida(s), na forma da condição 10.7"



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 31/05/2023, às 18:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2371529** e o código CRC **9B656F75**.